

PROCESSO DE PLANEJAMENTO



A existência de muitos bens e serviços relacionados com a naturalidade das áreas protegidas, que contribuem o bem-estar da sociedade é agora amplamente reconhecida, com destaque para a manutenção da biodiversidade e da paisagem, regulação do ciclo da água e ciclagem de nutrientes, a manutenção do solo, proteção contra catástrofes naturais e a oferta de lugares para a recreação, educação, ciência e cultura.

As unidades de conservação devem ser planejadas considerando-as como ferramentas básicas para o ordenamento do uso da terra e, portanto, devem ser plenamente integrados no âmbito das políticas setoriais. Devem ser consideradas como centos difusores de novas estratégias de desenvolvimento sustentável. Estes espaços protegidos constituem um marco territorial jurídico, administrativo, com objetivos concretos expressados em planos de manejo, onde é necessário incorporar sistemas de acompanhamento e avaliação.

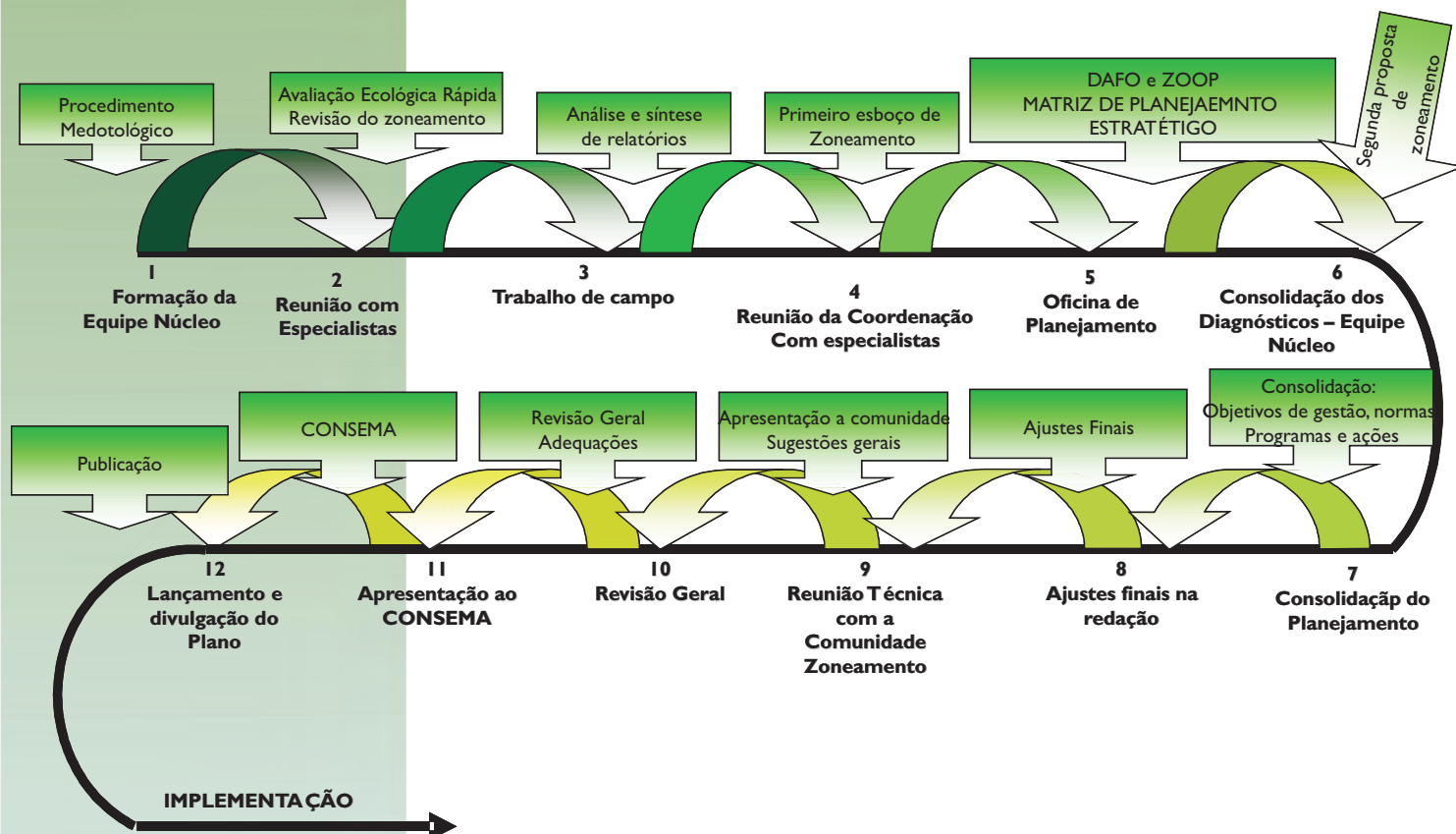
A incorporação da abordagem socioeconômica na conservação da natureza em unidades de conservação tem conduzido a consideração do bem-estar da população que habita o entorno das áreas, despertando, assim o reconhecimento e valorização de uma relação positiva para o aproveitamento econômico e a garantia de manutenção dos recursos protegidos. As UCs são cada vez mais vistas como oportunidades para promover modelos mais sustentáveis de desenvolvimento local. Um plano de manejo se limita quando as unidades de conservação se consideram áreas isoladas do resto do território. O planejamento do Parque Estadual do Rio do Peixe envolveu a comunidade através de oficinas, onde as sugestões serviram para o desenho da zona de amortecimento e dos programas de gestão da área.

O processo de planejamento usado na Unidade de Conservação ensejou a utilização de abordagens já existentes, como o Roteiro Metodológico do IBAMA e o desenvolvimento de outras que contribuíram para a realização de diagnósticos estratégicos e a elaboração de estratégias fundamentadas nas especificidades do manejo da área, como a análise SWOT (ameaças e oportunidades, fraquezas e fortalezas).



O fluxo de atividades denota quatro grandes momentos do processo: a formação da equipe e os levantamentos básicos através da Avaliação Ecológica Rápida; a participação comunitária através de oficina de planejamento; a consolidação técnica do plano e, por último, a defesa, revisão e publicação do documento.

O levantamento de dados primários contou com a participação dos guardas-parque do PEMD e equipe de pesquisadores contratados, através de expedições de campo e campanhas de fiscalização, além da aquisição, georreferenciamento e mapeamento de temas não existentes para UC. Já os dados secundários foram levantados da bibliografia e mapas existentes para área. Ao longo desta etapa foi realizado todo o diagnóstico ambiental sob o foco de diferentes temas, onde especialistas de diferentes áreas através de reuniões puderam apresentar suas sugestões acerca do ordenamento territorial e das atividades possíveis de execução em sua área.





Foi construída uma base cartográfica digital, em dois níveis de abordagem espacial:

- a) local, abrangendo apenas o Parque Estadual do Rio do Peixe, com produtos finais editados na escala 1:50.000 e
- b) regional, abrangendo os 10km definidos na Resolução CONAMA 13/90, com produtos finais editados na escala 1:100.000.

Para a abordagem local, foram elaborados os seguintes mapas temáticos: hipsométrico, de classes de declividade, de atributos geológicos, de Unidades geomorfológicas e de fitofisionomias, acrescidos da hidrografia e malha viária. Para a escala regional, foram acrescidos aos temas anteriores a carta pedológica e a de uso das terras.

Inicialmente, foram combinados dados cartográficos relativos à topografia, nas escalas 1:50.000 e 1:5.000, com base em ortofotos adquiridas em 2006. O conjunto de ortofotos digitais foram georreferenciadas pela Seção de Manejo e Inventário Florestal do Instituto Florestal de São Paulo, que serviram de base local e regional para as cartas de fisionomias de vegetação e uso da terra.

Gerou-se um modelo numérico do terreno que, ao ser processado no sistema de informação geográfica (figura 06), gerou os mapas hipsométrico e de declividade. As informações referentes às características geológicas e pedológicas da área foram reproduzidas em mapas temáticos com base em fontes secundárias. A análise geomorfológica baseou-se nas cartas do I.B.G.E., escala 1:50.000.

Ortofotos digitais georreferenciadas facilitaram o trabalho de caracterização ambiental da unidade de conservação.

11 mapas temáticos foram gerados e seus atributos estão armazenados em banco de dados integrado, facilitando a tomada de decisão

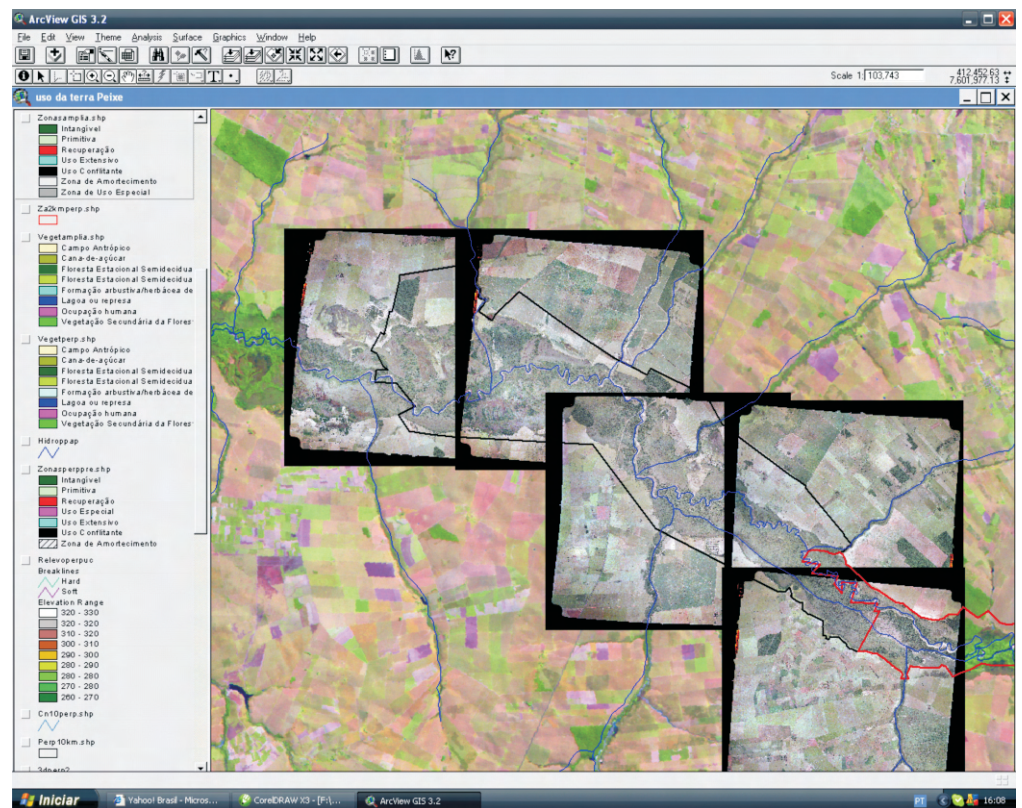
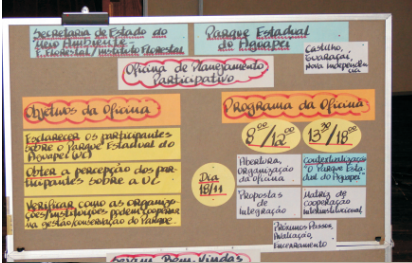


Figura 06 - Mapeamento da UC



Para fins de avaliação do meio físico, a área de entorno do PERP, considerada para o presente estudo, representa um raio de 10 km à partir dos limites do Parque, em toda sua extensão. Esta delimitação de área de entorno coincide com as áreas de 7 (sete) municípios, sendo eles: Dracena, Ouro Verde, Piquerobi, Presidente Venceslau, Ribeirão dos Índios, Junqueirópolis e Panorama, sendo que este último não limita com a unidade.

Os resultados obtidos na etapa descrita anteriormente foram apresentados e discutidos com a comunidade local e regional através das Oficinas de Planejamento Estratégico, realizadas nos municípios de Dracena (20/11/2008) e Presidente Venceslau (21/11/2008), contando com a participação de 52 cidadãos e 43 organizações de atuação local/regional envolvidas com as questões ambientais.

As Oficinas tiveram o objetivo de esclarecer o significado de um Parque Estadual e a importância do PERP no contexto estadual/nacional, obter a percepção dos mesmos sobre a Unidade de Conservação e verificar como as organizações de atuação local/regional poderiam cooperar na sua gestão e conservação, dando início ao processo de ouvir a sociedade na definição de propostas. Nestas reuniões os trabalhos seguiram os princípios do Enfoque Participativo, envolvendo um conjunto de instrumentos desenvolvidos com a finalidade de facilitar o processo de comunicação e troca de experiências e conhecimentos.



“A oficina de planejamento foi proveitosa no sentido que possibilitou detectar ações possíveis de serem praticadas para a preservação do Parque e, principalmente em direcionar a responsabilidade de cada órgão / entidade nesse processo” (opinião de um dos participantes da Oficina de Planejamento Participativo em Dracena-SP).

“ Foi uma boa participação das pessoas e muito bem composta pelos palestrantes.As propostas foram bem avaliadas. Eu como participante gostaria que tudo isto desse certo e que não ficasse parado, que se transformasse em bons resultados” (opinião de um dos participantes da Oficina de Planejamento Participativo em PresidenteVenceslau-SP - FOTO).



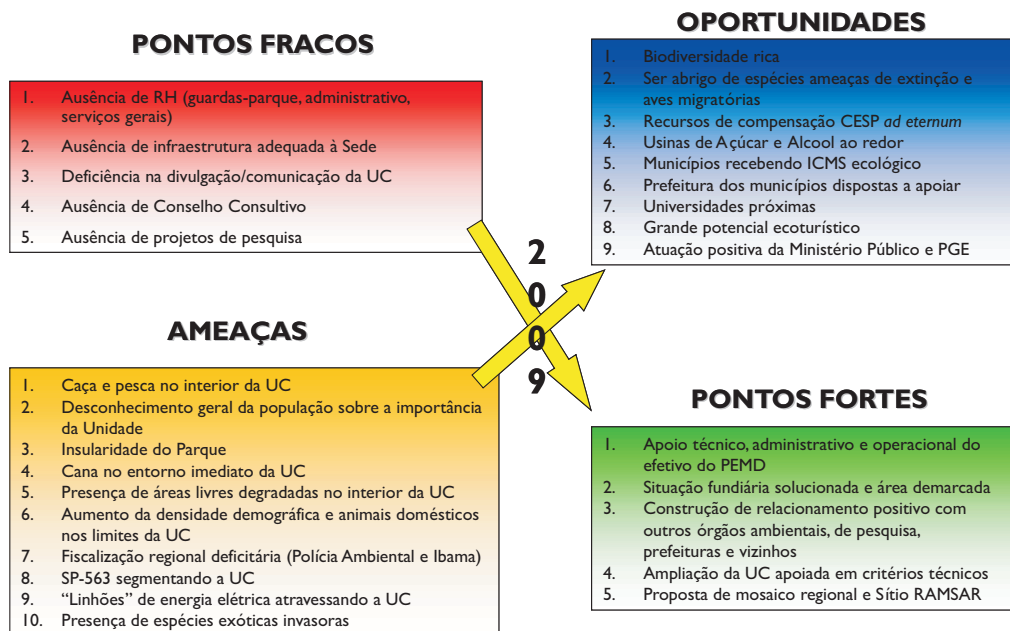
Essas duas oficinas, realizadas com intensa participação comunitária, levaram os participantes a identificar propostas de ação que buscam consolidar o Parque e ainda levar a que ele seja efetivamente apropriado pelos municípios/populações aos quais pertence. Para isso foram divididos em quatro grupos, aleatoriamente, sendo que cada um trabalhou um dos eixos definidos para esta oficina, a saber:

1. Conservação / recuperação;
2. Desenvolvimento;
3. Estrutura;
4. Sensibilização / divulgação.

Uma pergunta norteadora balizou processo de identificação de instituições / organizações que possam apoiar, atuando como parceiras, na implementação das propostas - **O que é preciso / necessário para que haja uma integração/ interação efetiva entre os municípios e o Parque?**

Finalmente, após a consolidação técnica dos objetivos de gestão, do zoneamento ambiental e dos programas de gestão e a obtenção da primeira versão impressa do Plano de Manejo, realizou-se a última Oficina de Planejamento, na sede do município de Dracena em 31 de julho de 2009. Para esta reunião foram instadas todas as organizações participantes das oficinas anteriores, mais algumas posteriormente identificadas pela equipe de planejamento, culminando na participação de 37 cidadãos e 25 organizações para ambos parques. Esta última Oficina resultou na aprovação consensual dos Planos de Manejo.

A avaliação perceptiva da comunidade e dos técnicos foi transcrita de forma integrada na Matriz SWOT (figura 07) com a finalidade de se determinar o diagnóstico da situação para a minimização de impactos negativos e as ações necessárias com vistas na consolidação do Parque segundo os anseios e expectativas existentes.



Diagnóstico = sobrevivência

Figura 07 - Matriz SWOT do PERP



Os fatores internos da matriz são os:

- **Pontos fracos:** fatores ou condições inerentes à Unidade, que se opõem ao alcance de seus objetivos;
- **Pontos fortes:** fatores ou condições relativas ao Parque que contribuem para a sua efetividade.

Por sua vez os fatores externos são as:

- **Ameaças:** fatores ou condições externas ao Parque que comprometem o alcance de seus objetivos;
- **Oportunidades:** fatos e condições externas que contribuem para sua efetividade.

O conjunto dos pontos fracos e das ameaças se constitui nas forças restritivas que enfraquecem a unidade e seu manejo; os pontos fortes e as oportunidades impulsionam a UC para o alcance dos seus objetivos.

Para facilitar o planejamento estratégico e a visão da UC, a equipe de planejamento decidiu por selecionar apenas os cinco (5) principais fatores que impulsionam e restringem o cumprimento dos objetivos de conservação e manejo do Parque, inerentes à própria UC e possíveis de serem gerenciados pela organização gestora.





Fatores que impulsionam:

1. Rica biodiversidade
2. Recursos de compensação da CESP ad eternum
3. Situação fundiária solucionada e área demarcada
4. Construção de relacionamento positivo com órgãos cuja atuação incidem sobre o PERP
5. Grande potencial ecoturístico

Fatores que restringem a gestão da UC:

1. Ausência de RH adequado às demandas operacionais da UC
2. Deficiência na divulgação/comunicação da UC frente ao desconhecimento da sociedade
3. Ausência de Conselho Consultivo
4. Caça e Pesca no interior da UC
5. Presença de espécies exóticas invasoras

O diagnóstico aponta que a UC está em um estágio de sobrevivência, com ameaças associadas aos pontos fracos, potencializadas na medida em que não existe Recursos Humanos para “cuidar” satisfatoriamente das mesmas, uma vez que até o presente momento apenas o gestor foi designado para a área, não sendo humanamente possível ao mesmo fazer as atividades administrativas relativas aos documentos públicos, cuidar da fiscalização e da comunicação com a sociedade, organizar a pesquisa, etc.

O apoio técnico, administrativo e operacional oferecido pelo PE Morro do Diabo é limitado, mas efetivo e vai prevalecer enquanto demandados seus serviços e forem disponibilizados recursos para tal, situação que a organização gestora precisa com urgência solucionar.

MATRIZ DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

AÇÕES GERAIS	PARCEIROS
Divulgação, comunicação visual, campanhas de sensibilização e educação ambiental	SMA, FF, IF, CESP, Prefeituras; escolas; universidades, Instituições Públicas (MP, PGE, CATI, Pol. Ambiental, ITESP) Comitês de Bacia, ONGs, Usinas de Açúcar e Alcool e meios de comunicação
Adequar e construir infraestrutura para implantação da UC e Recursos Humanos	SMA, FF, IF, CESP, Prefeituras e universidades
Convênios e parcerias para o desenvolvimento de pesquisas científicas	SMA, FF, IF e universidades
Capacitação e integração da comunidade para o desenvolvimento do ecoturismo	SMA, FF, IF, Prefeituras, ONGs e universidades
Recuperação ambiental da UC e fomento para sua zona de amortecimento	SMA, FF, IF, CESP, Usinas de Açúcar e Alcool, Instituições Públicas, ONGs e universidades

Esta matriz é uma síntese dos potenciais parceiros para o desenvolvimento da gestão do PERP.

OBJETIVOS DE GESTÃO

Seguindo as diretrizes emanadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o conhecimento revelado pelos diagnósticos e análises produzidas pelos especialistas, os objetivos de gestão do Parque Estadual do Rio do Peixe são:

1. Conservar amostra de Mata Atlântica de Interior e os ecossistemas associados ao denominado “Pantaninho Paulista”;
2. Proteger o refúgio e habitat de espécies ameaçadas de extinção, a exemplo do *Blastocerus dichotomus* e outras espécies identificadas;
3. Fomentar e propiciar condições para a conectividade do PERP aos fragmentos florestais remanescentes no entorno e o resgate de habitats degradados em seu interior;
4. Propiciar condições para a prática da educação ambiental;
5. Possibilitar e apoiar o desenvolvimento de pesquisas científicas, principalmente as definidas como prioritárias neste plano de manejo;
6. Conduzir ações que viabilizem o surgimento de atividades ecoturísticas no Parque, respeitando-se o seu zoneamento ambiental;
7. Estabelecer estratégias com as demais áreas protegidas da região que apontem para a conformação de um mosaico de UCs com vistas à gestão bioregional.

